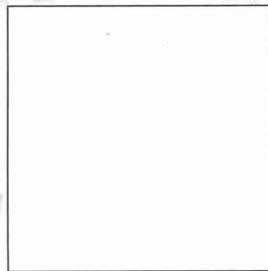


Plebiscito

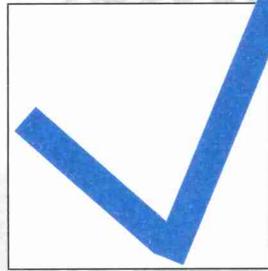
Senador Álvaro Dias quer que o povo decida o futuro do Saneamento Básico

Apesar de pertencer ao partido do presidente FHC - PSDB – o Senador Álvaro Dias quer frear a ameaça do governo federal de repetir com o Saneamento o mesmo que fez com os setores de telecomunicações e energia, privatizando uma área estratégica à saúde da população. O parlamentar acaba de apresentar um projeto de lei, convocando um plebiscito nacional para decidir o futuro das empresas de Saneamento que o governo queira privatizar. A proposta também impede novas privatizações na área de energia elétrica. O projeto tem apenas dois artigos alterando o Programa Nacional de Desestatização e aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para ir a plenário.

“Estou entre aqueles que não se conformam com o modelo de privatização do governo”



sim



NÃO



Foto: J. Andrade

Homenagem

O engenheiro João Carlos do Rego Pinto que, por duas vezes, exerceu a presidência da ASEAC, foi homenageado, em setembro último, com um coquetel organizado pelos colegas da CEDAE, com apoio da diretoria da entidade. Depois de 32 anos na companhia, João Carlos decidiu se aposentar, deixando um legado de honestidade e competência para os companheiros. A noite de festa, apesar de marcar sua despedida, reuniu dezenas de associados e acabou se transformando numa espécie de “manifesto” de luta em defesa da CEDAE pública, que aliás marcou toda a sua trajetória pela companhia. Ao longo de sua vida na empresa, João Carlos exerceu diversos cargos de chefia, como diretor e superintendente, inclusive da ETA do Guandu – a maior do mundo em volume de água tratada.

ALERTA A CÉSAR MAIA

Prefeito de Friburgo privatiza o Saneamento e só depois de perder eleições municipais decide devolver os serviços ao setor Público

Página 7

Associação dos Empregados de Nível
 Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Salas 601/
 602/607 e 902, Centro Rio de Janeiro -
 RJ

Telefones 263-6240 - Telefax: 253-
 7482

Internet: aseac1@ism.com.br
 Home Page: aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
 Diretor Vice-presidente
 Paulino Cabral da Silva
 Diretor Administrativo
 Júlio César Oliveira Antunes
 Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
 Diretor de Comunicação
 Flávio José Soares de Moura
 Diretor Técnico
 Claudino Victor R. E. Santo
 Diretor Social
 César Lima da Graça
 Diretor Jurídico
 Aloysio Gomes Feital Filho
 Diretor Adjunto
 Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
 Luziete Francisca da Silva
 Advogados
 Sueli Kolling Turano
 Aposentados
 Maria Christina Piragibe
 Maria Carmem M. Almeida
 Nelson Martins Portugal
 Armando Costa Vieira
 Edison Bittencourt Rosa
 Arquitetos
 Marilusa de Andrade da Fonseca
 Sócios Aspirantes
 Wagner Gonçalves Mondego
 Demais Categorias
 Antonio Bastos de Oliveira
 Economistas
 Firmino Gustavo Gameleira
 Engenheiros
 Daisy Cristina de A. Menezes
 Sidney do Valle Costa
 Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr
 Bitencourt de Oliveira, Emy
 Guimarães de Lemos, João Carlos do
 Rego Pinto, Renato Lima do Espírito
 Santo e Carlos Henrique Soares de
 Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José
 Alberto Burd e Gerson Pereira L.
 Nascimento. Suplentes: Antônio
 Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
 Leitão e Leon Amram

Produção e Edição

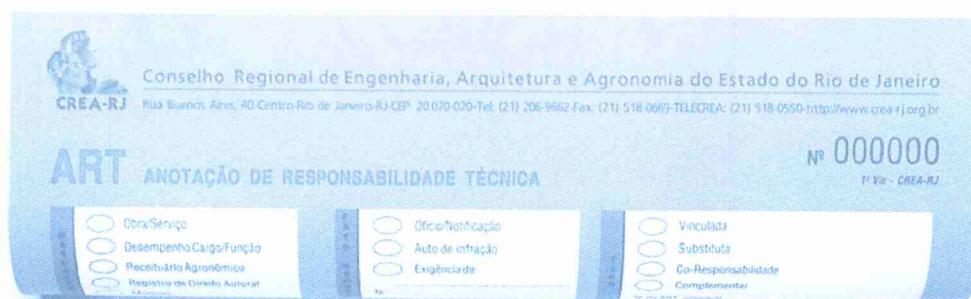
Planin-Assessoria de Comunicação
 Tels: (021) 220-2461/524-0890
 planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável
 Carlos Emiliano Eleutério
 MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Arte
 J. Paulo Eleutério

Edição de Outubro de 2000
 Tiragem: 2.000 exemplares

QUEM TEM ORGULHO DA OBRA ASSINA EMBAIXO



Segurança. Prestígio. Proteção. Compromisso.

*ART-Anotação de Responsabilidade Técnica
 é o documento fundamental
 e indispensável para todos os engenheiros,
 arquitetos, agrônomos e demais
 profissionais vinculados ao Sistema
 CONFEA/CREAs. E para quem
 contrata esses profissionais.
 ART é acervo técnico.
 Direito e obrigação.*

CREA-RJ

www.crea-rj.org.br
 crea-rj@crea-rj.org.br

Rua Buenos Aires, 40 • Centro • Rio de Janeiro / RJ • CEP 20070-020
 Tel: (21) 206-9662 • Telecrea: 518-0550 • Fax: 518-0669

Um fio de esperança

As experiências vividas até aqui fizeram-nos amargar uma trajetória no nosso “mundo privatizado”, recheada de ineficiências agravadas, opostas à excelência da rentabilidade, que só fizeram felizes os empresários, ainda ávidos por mais espaços rentáveis. Dentre eles, vem agonizando financeiramente o Saneamento Básico, que é vital. A incompetência ou a má intenção transformaram-no em sucata. Daí, a interpretação distorcida de que só o mundo privado dispõe de capacidade e recursos financeiros para salvá-lo da decadência evidente, forjada com a propagação massificada da mídia líder de audiência.

A justificativa tem sido a mesma durante, pelo menos, cinco anos: “os governos não têm recursos financeiros para bancar os custos de manutenção e de universalização dessa vital atividade”.

É verdade, em relação às Prefeituras que têm a administração direta do Saneamento Básico e que não têm convênio com as companhias estaduais de água e de esgotos - que se utilizam do subsídio cruzado - nem tampouco, criaram serviços autônomos nas suas companhias municipais, tornando-se, por isso, reféns dos recursos financeiros de seus Tesouros municipais. Aliás, faltam-lhes recursos, também, para outros encargos públicos, não menos importantes, tais como: saúde, segurança, educação, habitação e outros. Afinal, é comum o trânsito de prefeitos em Brasília, de “pires nas mãos”

O interesse é lucrativo; logo, essas prefeituras não estão nos planos da privatização para universalizar o demandado Saneamento Básico, e a mídia maior passa ao largo. Lá, até parece que não há habitante, que não há ser humano!

Ah, nas metrópoles é diferente! Há o ser humano rentável. Logo, as companhias privatizadas, integralmente ou fatiada, são o meio para explorá-los. O enfoque não é social, por isso, sofrerão as comunidades dos excluídos, sabe-se disso.

A inviabilidade econômica tão propagada é uma mentira que envolve a sociedade incauta. As companhias estaduais, hoje, estão deficitárias, intencionalmente ou por incompetência dos governadores - elas são partes integrantes das estruturas organizacionais do governo estadual. São os governadores que as dirigem. A tarifa, solução achada no passado para o Saneamento Básico, gera a autonomia financeira das companhias estaduais e as faz auto-susten-

táveis, até mesmo para honrarem em compromissos com credores que financiam grandes projetos de expansão.

É elementar o raciocínio: se fosse verdadeira tal assertiva, o capital especulativo jamais estaria investindo no lobby para os leilões ou para as concorrências públicas, de compra das companhias estaduais ou de privatizações dos serviços de Saneamento Básico, respectivamente. Sabe que não é um negócio de risco. É um monopólio que só precisa ser bem administrado. Os recursos emergirão da própria atividade, com excedentes generosos.

Aqui no Rio de Janeiro, o edital preliminar de privatização dos serviços de abastecimento e de esgotamento sanitário para os bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá exibe um raciocínio simplório: há uma decisão judicial pressionando e aprazando a construção do emissário submarino como destino final do esgotamento sanitário daqueles bairros. É obra cara, pois envolve a implantação e a manutenção de um grande sistema. O retorno financeiro não é, aparentemente, atraente. Por isso, a iniciativa privada não se interessou pelos acenos do governo anterior.

Eis que se iluminou o interesse. Por pressão, principalmente da mídia líder, embasada na voz de personagens que apareceram repentinamente se apresentando como especialistas que, até hoje, não se sabe de onde vieram, governador e prefeito assinaram um acordo junto à sentença supra citada para privatizar não só o sentenciado esgotamento sanitário, mas, também e principalmente, o abastecimento de água como atração para o capital privado, que não está sendo questionado, tornando-se o principal, e o esgotamento sanitário subsidiado.

O conjunto de obras de abastecimento de água, que já se faz presente naquela região e que se torna necessário para se isolar do sistema CEDAE, somado às obras de implantação do sistema de esgotamento, estão orçados em cerca de R\$ 350 milhões para execução em oito anos de concessão.

Ora, aquela região tem um faturamento em torno de R\$ 10 milhões mensais. Oito anos são 96 meses o que totalizará R\$ 960 milhões. Dá para investir nas obras necessárias (+ ou - R\$ 350 milhões), dá para pagar a outorga ao Estado e dá para cobrir os custos operacionais de manutenção e, certamente, ainda haverá excedentes financeiros - haverá lucro. Se esse raciocínio não for verdadeiro a iniciativa privada ficou

“burra!” “Engana-me que eu gosto”

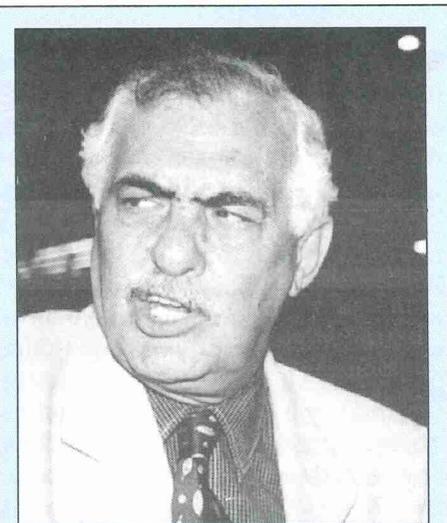
Já que o governo estadual se dispõe a abrir mão dessa fatia de R\$ 10 milhões do orçamento da CEDAE, por que não carimbá-la para aplicação exclusiva naquela área, até a conclusão das obras necessárias, que terão os recursos em três anos (3 anos x 10 milhões mensais = 360 milhões)

Ao invés de entregar a gestão à iniciativa privada, vez que a questão comprovadamente é puramente gerencial, por que não assinar com a CEDAE um contrato de auto-gestão, com metas bem definidas, dentre elas a daquela região? Se a iniciativa privada pode, por que não a CEDAE? Solta-lhe as rédeas. Antes, todavia, promove uma faxina sem interveniência política partidária. Nós não defendemos esta CEDAE como está. O governador que a criou no passado separou o político partidário da gestão dos encargos. Qualquer interesse político, o endereço era o palácio. Ele administrava sem influenciar os seus escalões, em qualquer nível. Deu certo. Antes mesmo da Constituição de 1988, naquela época, acabou com o “cabide de emprego”. O instrumento de ingresso era o concurso ou a seleção pública. Acabou com o caos do abastecimento na ex-capital da República.

A resistência tem sido árdua. Eles são poderosos, tenho afirmado. A força maior tem sede no exterior. Mas, afinal, a nossa sociedade já não se embala tão facilmente, na idéia ilusória da privatização. Que o diga o Prefeito de Friburgo. Foi apenas pela privatização da água que impôs à sociedade daquele Município - perdeu feio a reeleição. Está absolvido. Teve dignidade para reconhecer o mal que praticou. Publicamente, pediu desculpas e em conjunto com a Câmara de Vereadores desprivatizou os serviços, retomando a gestão pública do Saneamento Básico.

O Congresso Nacional não tem dado a certeza de maioria para aprovar a legislação de que necessita o Governo Federal para viabilizar a privatização do Saneamento Básico, cumprindo o seu compromisso com o FMI, no item 27 da carta de intenções. Ao contrário, o Senador Álvaro Dias, liderança do PSDB no Paraná - partido do Presidente da República - mobiliza-se para ver aprovado o seu projeto de plebiscito junto à sociedade brasileira, para dizer sim ou não à privatização do Saneamento Básico.

Aqui no Estado do Rio de Janeiro, para a nossa esperança, parece que ven-



“Ao invés de entregar a gestão à iniciativa privada, por que não assinar com a CEDAE um contrato de auto-gestão, com metas bem definidas.”

tos alísios ressurgem, soprando como anticiclone. O governador Anthony Garotinho pode desistir de passar o serviço de Saneamento na Região da Barra, Recreio e Jacarepaguá para a iniciativa privada. Pensou alto junto à mídia. O seu secretário de Recursos Hídricos já fala em, pelo menos, duas alternativas: em uma delas, o Estado poderá assumir sozinho os sistemas, arcando com os custos. Aliás, recursos existem - o próprio faturamento da CEDAE na região e/ou os recursos advindos dos royalties do petróleo. Já há entendimentos entre o Secretário de Estado Luiz Henrique e o futuro Secretário Municipal, deputado Federal Eduardo Paes. Oxalá o governador volte a pensar conosco. Religiosamente ele não deve abandonar os excluídos. Na prática, é isto que vem acontecendo aqui no Brasil, em outras privatizações e, não menos diferentes, em outros países da América do Sul.

Dario Mondego
Presidente

Na tentativa de alertar os políticos e a sociedade para a necessidade de frear a ameaça do governo federal de repetir com o Saneamento o mesmo que fez com os setores de telecomunicações e energia, privatizando mais uma área estratégica da economia, o Senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou o projeto de lei 111/2000, convocando um plebiscito nacional para decidir o futuro das empresas de Saneamento Básico que o governo queira privatizar.

“Estou entre aqueles que não se conformam com o modelo de privatização do governo”, justificou o Senador. A proposta também impede novas privatizações na área de energia elétrica sem consulta popular. O projeto tem apenas dois artigos alterando o programa nacional de desestatização e está aguardando votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para ir ao plenário. “Queremos tratamento diferenciado para essas empresas, de forma a garantir o acesso dos brasileiros ao Saneamento. Aliás, este é um direito de cada cidadão, independente de sua renda”, afirmou o Senador Álvaro Dias.

“As empresas de Saneamento não devem ser entregues a agentes econômicos que visam ao lucro”, explicou o Senador. “Trata-se de deixar nas mãos da iniciativa privada um conjunto de atividades essenciais à vida do cidadão brasileiro, que engloba limpeza urbana, drenagem pluvial, controle de vetores, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. O Setor hoje é responsável por mais de 100 mil empregos diretos no país e tem potencial para ser auto-sustentável”, acrescentou Dias. Apesar de ser do partido do presidente FHC, ele esclareceu que a sua discordância se deve ao fato de que a questão do Saneamento Básico não é partidária nem ideológica.

O Senador chegou a procurar os líderes de partidos políticos para acelerar o andamento da proposta. Mas os líderes governistas não concordaram e muitos preferiram não se pronunciar, para evitar efeitos eleitorais negativos nas eleições. Agora, encerrado o período eleitoral, o governo voltou a articular a privatização do setor. Porém, com o resultado das urnas nitidamente de tendência oposicionista, a retomada da ofensiva governamental não terá a mesma força. “Sou totalmente contrário à privatização do Saneamento. Por ser um serviço com repercussões diretas so-

bre a saúde da população, a urbanização, os recursos hídricos e, principalmente, a qualidade de vida da população”, afirmou Dias.

Ex-governador do Paraná, ex-deputado e ex-Senador de mandatos anteriores, Álvaro Dias acredita que a proposta do plebiscito terá chances de ser aprovada. Recentemente, ele encampanou a luta para proibir a venda das ações da Petrobrás e agora apresenta a proposta que pretende submeter a plebiscito popular a privatização das empresas de energia elétrica e de Saneamento. O Senador admite que a aprovação encontrará dificuldades, mas não está disposto a desistir.

Resistência no próprio governo

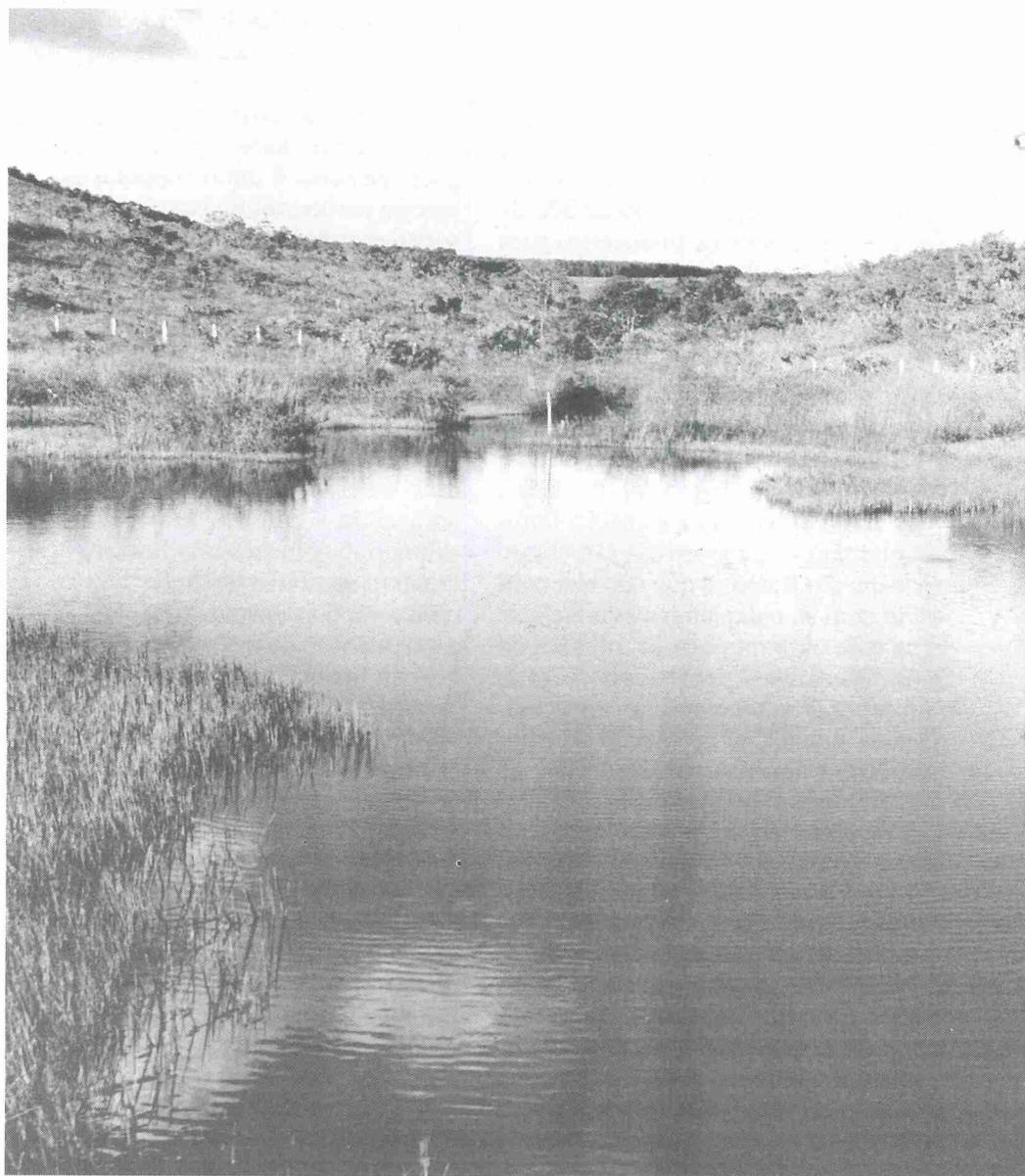
De fato, ainda está longe o consenso entre o governo Fernando Henrique Cardoso, as entidades do setor, as companhias de Saneamento Básico e o Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento sobre a criação de um marco regulatório que defina as regras para os investimentos privados no setor e sobre a titularidade dos serviços. O governo federal tenta abrir brechas para a privatização, mas não consegue se entender internamente sobre qual a melhor proposta para decidir a polêmica jurídica da titularidade da concessão dos serviços. Em discussão há seis anos, o assunto ainda está na estaca zero.

Em setembro, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, recebeu com simpatia estudo do Fórum dos Secretários estaduais sobre a questão e estava se preparando para transformar o documento, tal qual foi encaminhado ao presidente da República, na posição governamental a ser enviada ao Congresso Nacional. A bomba estava preparada para ser lançada neste mês de novembro. Era um megapacote, onde a questão da titularidade dos serviços seria definida por lei estadual complementar.

A reação foi a pior possível, dentro e fora do governo, mas por motivos diferentes. Enquanto o ministro Aloysio Ferreira elogiava o projeto, admitindo que ele poderia até se transformar na proposta do governo, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), da Presidência da República, vetou a proposta, por achar que ela não deixa clara a definição da titularidade por lei estadual, criando um ambiente de incertezas jurídicas e políticas e dificultando as parcerias com o setor privado. “Continuamos na busca de um consenso”, informou o ministro Ovídio de Angelis, titular da secretaria. Mas nos corredores do palácio do Planalto, ninguém acredita na possibilidade de um acordo, pois os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento querem que o governo as-

Modelo de governo a ser decidido

Senador Álvaro Dias quer que o povo



suma logo a bandeira da privatização do setor para colocar à venda as companhias estaduais.

O projeto também foi recebido com restrições pela Associação dos Serviços Municipais de Saneamento (Assesmae), a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, a Associação Brasileira dos Concessionários Privados de Saneamento Básico (Abdcon), a Associação Brasileira de Indústria de Base (Abdid) e o Sindicato Nacional de Indústria da Construção Civil Pesada (Sinicon). Mas do outro lado, a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) e o Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento acham que a proposta é flexível e permitiria a discussão no Congres-

so Nacional. O secretário de Saneamento de São Paulo e ex-deputado federal, Mendes Thame, é um dos coordenadores do documento. “A proposta estimula os consórcios”, garante.

Mas o fato é que a criação de um marco regulatório para os serviços de Saneamento Básico, que criaria condições institucionais indispensáveis para a captação de investimentos privados, acabou voltando à estaca zero.

Pela atual proposta dos secretários estaduais, a titularidade só ficaria com os municípios”, se eles tivessem competência financeira para arcar com os custos do investimento”, explicou Mendes Thame. “A competência estará condicionada à capacidade física e à disponibilidade dos recursos hídricos”, informou.

estão poderá em plebiscito

decida o futuro do Saneamento no país

Foto: Arquivo

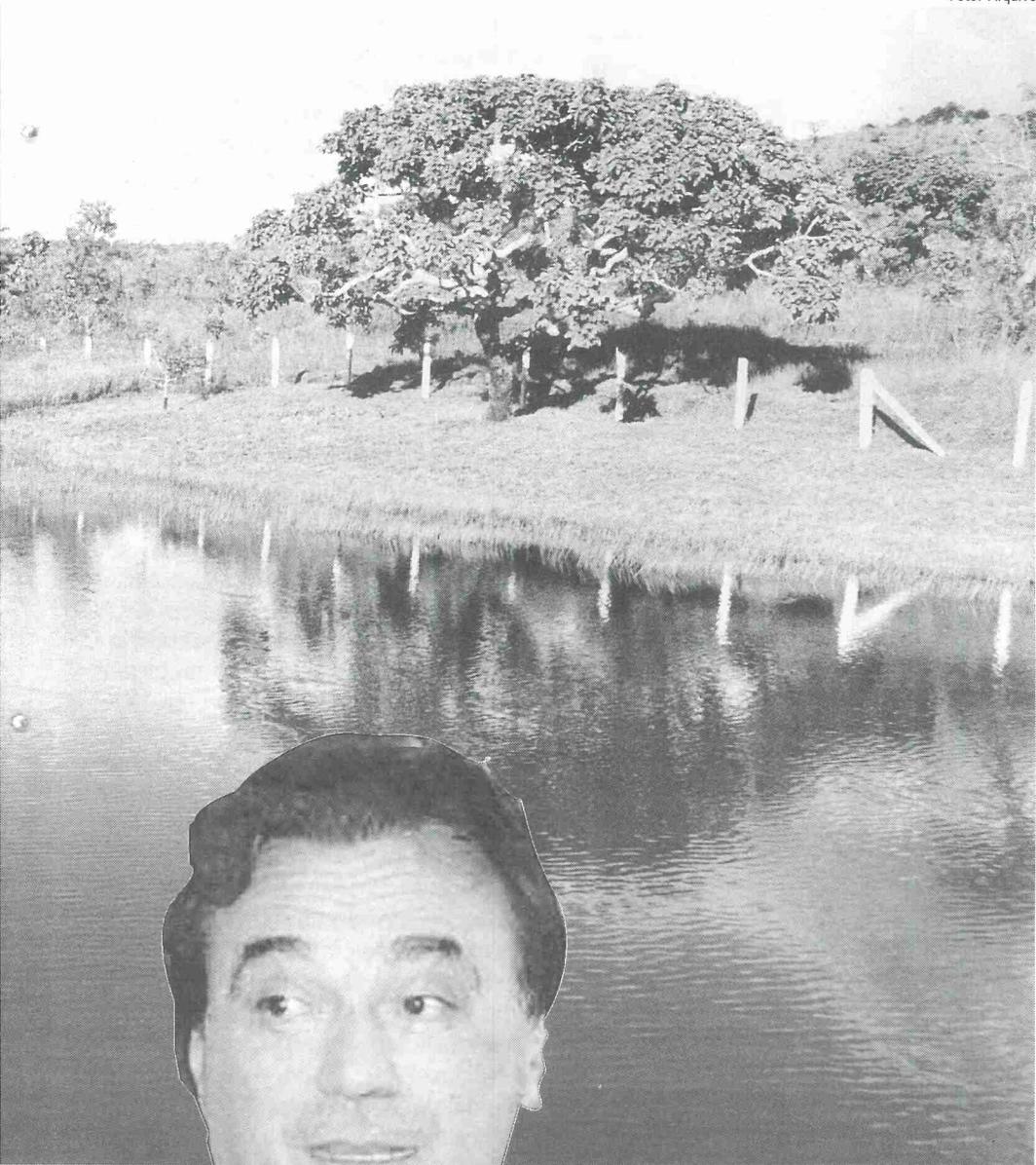


Foto: Agência JB



“A questão do Saneamento Básico não é partidária nem ideológica.”

**Senador
Alvaro Dias**

A mesma proposta definia que as Regiões Metropolitanas poderiam realizar uma gestão dos serviços de Saneamento colegiada ou associada (entre estados, municípios, empresas privadas nacionais e até estrangeiras) através de convênios. Seria ainda autorizada uma gestão regional, onde o estado estaria apto a assumir a titularidade dos serviços. Cada estado definiria, por lei complementar estadual, a possibilidade de gestão integrada. “O projeto não impede mas também não estimula a privatização”, justifica Mendes Thame.

Ingerência externa

Na verdade, existe hoje uma confusão sobre a questão, o que deverá provocar o adiamento do debate. Para a deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG), “não adianta o governo tentar esconder sua intenção de privatizar os serviços”.

Desde que assumiu seu primeiro mandato na Câmara Federal, Maria do Carmo vem denunciando “a política agressiva fomentada pelo governo federal, de desmonte dos serviços públicos de Saneamento”. A deputada denunciou que a consequência imediata do acordo do governo com o FMI foi o contingenciamento dos recursos do FGTS, principal fonte de financiamento para o setor, através da resolução 2.521, de 6/7/98, do Conselho Monetário Nacional, o que deixou sem recursos os municípios e as companhias estaduais de Saneamento. Segundo ela, o Banco Mundial, no documento “Água e Esgoto no Brasil: Uma avaliação da Regulação”, deixou claro que pretende ingerir nas políticas públicas brasileiras de forma “intempestiva”, chegando a propor emenda à constituição brasileira para facilitar a privatização do setor. Segundo ela, para os estados e municípios, a situação está “cada vez mais difícil”.

E as críticas apareceram até no Relatório Anual da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - Unctad. “Países em desenvolvimento - como o Brasil - se deram mal ao abrir suas economias na década de 90 e, agora, precisam, com urgência, repensar suas políticas excessivamente liberais. Em síntese, é hora de virar o jogo para não aprofundar as desigualdades”, constata o relatório.

Depois de o Saneamento ser jogado, durante anos, de um ministério para outro e ganhar uma secretaria no governo Collor, o presidente FHC criou a Secretaria de Política Urbana (Sepurb), que acabou se transformando na Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (Sedur). E mesmo assim, a avaliação

sobre os desempenhos econômicos e financeiros das Companhias Estaduais e dos Serviços municipais de Saneamento melhorou nos últimos anos independente das crises institucionais e financeiras do país.

Para o deputado Sérgio Novais (PSB/CE), o Saneamento é, hoje, o “filé mignon da economia brasileira, mas FHC não vai conseguir cumprir o acordo que fez com o FMI de privatizar o setor” - afirma. Aliás, o deputado quer que a Câmara Federal inclua nas discussões sobre o assunto os problemas dos resíduos sólidos e reciclagem.

Segundo dados do ano passado do IPEA, o governo federal continua investindo pouco em Saneamento. Em contrapartida, os estados e municípios investem em média mais de 60% dos totais anuais aplicados, contrariando a própria lógica de investimentos em gastos sociais no país. “O governo federal só tem atrapalhado os estados e municípios, contingenciando os recursos do FGTS para o Saneamento e prejudicando os pobres e excluídos”, criticou a deputada Maria do Carmo.

Estudo realizado pela Assemæ mostra que as disponibilidades totais do FGTS passaram de R\$ 164 milhões, em 31/12/93, para R\$ 13.6 bilhões, em 31/12/98, crescendo 8.179% nesses cinco anos, considerando os valores nominais. Entre 95 e 98, o setor de Saneamento, aí incluído a infra-estrutura urbana, recebeu aplicações do FGTS no valor de R\$ 1,8 bilhão e retornou ao fundo R\$ 7,4 bilhões como quitação de empréstimos. Na avaliação da deputada, isso significa que nos últimos quatro anos, só o setor de Saneamento público efetuou uma transferência líquida para o FGTS de R\$ 5,6 bilhões. “Queremos saber para onde estão indo esses recursos”, questiona. “O problema é que da disponibilidade total do FGTS existente ao final de 1998, 92% estavam aplicados em títulos da dívida pública federal emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central”, acrescenta Maria do Carmo.

Enquanto isso, continuam “rolando” os dois projetos de lei sobre Saneamento básico que estão em tramitação nas duas casas do Legislativo. O PL 199/93, na Câmara dos Deputados, aprovado em dezembro de 1994 e vetado na íntegra pelo presidente Fernando Henrique quatro dias depois de assumir o primeiro mandato. O presidente ficou de apresentar nova proposta de uma política para o setor de Saneamento, mas até agora, ela não apareceu. A segunda proposta é o PL 266/96, do ministro da Saúde, José Serra, de quando era Senador, que propõe a mudança de titularidade para as ações de Saneamento, em algumas situações específicas, na tentativa de privatizar os serviços mais rentáveis das regiões metropolitanas brasileiras.

Sociedade exige modelo público

Audiência pública no Crea-RJ reprovava propostas de César Maia para o setor

O prefeito eleito do Rio, César Maia, terá dias tumultuados pela frente, se mantiver, a partir de janeiro, a idéia de conceder à iniciativa privada os serviços de Saneamento da Zona Oeste. Isso ficou claro na audiência pública realizada na sede do Crea-RJ, no dia 1º de novembro, com a participação de 50 representantes do Fórum em Defesa do Saneamento Público, de associações de moradores, sindicalistas, políticos e empregados da CEDAE, que prometem não descansar até obter do prefeito uma mudança de posição e sua garantia de que manterá públicos os serviços de Saneamento na cidade.

A opinião unânime manifestada pelos presentes foi a de que é preciso - e urgente - articular ações com o objetivo de fazer o prefeito eleito voltar atrás em relação à idéia de conceder a empresas privadas a operação do sistema de distribuição de água e esgotamento sanitário de todos os bairros da Zona Oeste, inclusive Barra da Tijuca/Recreio dos Bandeirantes/ Jacarepaguá.

Primeiro a falar, o presidente do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea-RJ), José Chacon de Assis, sugeriu que seja formada uma comissão encarregada de fazer contato com a direção da CEDAE e com o futuro prefeito César Maia, com o propósito de barrar as novas propostas de fatiamento da CEDAE. "Os exemplos que temos nos casos de Niterói, Região dos Lagos e Friburgo demonstram que esse não é o melhor caminho para melhorar os serviços oferecidos à população e, muito menos, sanear a empresa", protestou. Chacon é de opinião que esse grupo de trabalho deve começar a agir o mais rapidamente possível para frear os ímpetos de privatizar do futuro prefeito. "Temos que deixar claro a César Maia que, no caso de Barra, Recreio e Jacarepaguá, o processo está comprometido, devido ao patético episódio da audiência pública que, agora, o governo do Estado quer oficializar como legítimo. Não concordamos com o fatiamento da CEDAE e precisamos nos mobilizar para reverter o processo", concluiu.

O vereador reeleito Eliomar Coelho (PT) fez coro às palavras de Chacon e defendeu a tese de que o movimento social organizado deve se organizar e pressionar o futuro prefeito para tornar sem efeito o convênio de concessão dos serviços de Saneamento na Barra, Recreio e Jacarepaguá. Sobre a proposta de privatização desse tipo de serviço em toda a Zona Oeste, Eliomar foi taxativo: "Isso é um absurdo contra o qual devemos todos nos insurgir".

O representante da Associação das Entidades de Defesa do Meio Ambiente (Ape-



Foto: Claudionor Santana

Audiência pública reprovava propostas do novo prefeito para o saneamento

Omissão Perigosa

Embora reunisse as mais expressivas representações do setor de Saneamento Básico no Estado, uma ausência importante foi sentida e lamentada, durante a audiência pública realizada no CREA para discutir questões do mais alto interesse da sociedade: a ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, que reúne todos os segmentos do setor, inclusive a iniciativa privada.

Segundo o presidente da ASEAC, Dario Mondego, que mesmo acidentado fez questão de comparecer à audiência, a sociedade fluminense está acordando para a defesa dos seus interesses e, certamente, como demonstrou nas últimas eleições, vai aumentar sua participação, daqui para a frente, nos debates envolvendo o futuro do Saneamento. Para ele, a população vem dando demonstrações disso, especialmente na zona Sul e Oeste. "Por isso, ausências como a da ABES, que tem representatividade nacional, em encontros dessa natureza só podem ser lamentadas", afirmou.

Dario Mondego chamou a atenção para o fato de que, em Brasília, a questão do Saneamento vem mobilizando políticos, entidades de classe representantes do governo e a sociedade de maneira geral na discussão sobre o Poder Concedente dos serviços. "O governo está meio perdido, enfrentando resistências à privatização do setor até mesmo em seu próprio bloco parlamentar de sustentação política, e a ABES não tem mostrado sua presença para apresentar seu projeto para o Saneamento, ao contrário do que a sociedade e os técnicos esperavam", afirmou.

- Será isso para não contrariar seus sócios do setor privado? - questionou o presidente da ASEAC. Para Mondego, é importante que a entidade atente para os interesses da sociedade e manifeste a sua posição. Ele propôs a criação de um grupo formado por representantes do CREA, da própria ASEAC e outras entidades para saber da ABES o porquê dessa omissão e saber, de fato, qual a sua posição".

dema), Sérgio Ricardo, lembrou um dado que não pode ser desprezado, no caso da desastrosa audiência pública realizada pelo governo do Estado para discutir com a população os prós e contras da privatização dos serviços de Saneamento nos três bairros da Zona Oeste. "Realizaram uma audiência pública, num local onde só cabiam 400 pessoas, para discutir uma questão que diz respeito diretamente à vida e à saúde de uma região que conta com 700 mil habitantes. E o pior: o Estado não quer convocar outra audiência", indignou-se. Sérgio Ricardo lembrou ainda que o edital não passou pelo processo de licenciamento ambiental da Comissão Ambiental de Controle Ambiental (Ceca), o que configura um desrespeito à legislação vigente. O ambientalista informou aos presentes que o ex-presidente da CEDAE, Marcos Montenegro, está analisando o teor da primeira versão pública do edital - o governo pretende publicar uma segunda versão, que conteria emendas apresentadas na tumultuada audiência que acabou em pancadaria. Além disso, nossa comissão jurídica também tem encontrado vários e graves problemas no edital de concessão", acrescentou. "Precisamos deixar claro ao futuro prefeito que ele não contará com o apoio da sociedade para privatizar os serviços de Saneamento na Região Metropolitana", concluiu.

O diretor do Sindicato dos Engenheiros e empregado da CEDAE há 20 anos, Clóvis Nascimento Filho, informou que a Frente Ambiental pelo Saneamento, entidade de abrangência nacional, está analisando os projetos de lei sobre recursos hídricos e Saneamento que tramitam pelo Congresso Nacional, que tratam da nova política nacional de Saneamento. "O governo federal está ressuscitando a questão da privatização das empresas do setor de Saneamento, tentando unificar projetos de lei, como o do ex-senador José Serra, que, em última análise, dá um cheque em branco aos governadores que quiserem privatizar as empresas de Saneamento de seus Estados," alertou o engenheiro.

"Temos que impedir o fatiamento da CEDAE em cada município fluminense; no caso de Niterói, lutar contra o governador, que nos traiu, e exigir que a CEDAE cobre da empresa Águas de Niterói pela água tratada, o que não vem acontecendo. Vamos exigir que Garotinho casse a tutela antecipada concedida à prefeitura de Niterói para privatizar os serviços de Saneamento naquela cidade", propôs. Clóvis Nascimento alertou que os resultados das eleições sinalizaram para uma nova correlação de forças políticas, que não pode ser desprezada pelo movimento social organizado.

Friburgo acordou!

Câmara de Vereadores autoriza Prefeito a extinguir concessão privada

Foto: Arquivo

A mesma mão que deu, tomou da concessionária privada – a Caenf – a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Nova Friburgo, depois que a população da cidade se mobilizou e protestou nas urnas contra a medida adotada pela atual administração, elegendo o adversário do prefeito Paulo Azevedo (PMDB), a médica Maria Saudade Braga (PSB).

A decisão foi confirmada por unanimidade pela Câmara de Vereadores local, que aprovou, no último dia 19 de outubro, projeto de autoria do próprio prefeito Paulo Azevedo, autorizando o governo municipal a extinguir a concessão à Caenf, que havia assumido os serviços há cerca de 15 meses. A partir de agora, o controle administrativo e de gerenciamento do Saneamento local passará a ser da antiga Autarquia Municipal de Água e Esgoto (Amae), que, mesmo durante a concessão à Caenf, não havia deixado de existir juridicamente.

No projeto aprovado pelos vereadores, os consumidores foram anistiados do pagamento de multas e demais penalidades de débitos apurados e efetivamente lançados. Além disso, todas as reclamações de usuários sobre funcionamento de hidrômetros serão apuradas, a partir de uma completa avaliação técnica e, se constatado defeito, serão emitidas novas contas.

- O episódio de Nova Friburgo deve servir de alerta aos demais prefeitos do Estado do Rio, que vêm sofrendo pressões dos governos federal e agora estadual para entregar a concessão dos serviços de saneamento em seus municípios – adverte o presidente da ASEAC, Dario Mondego.

Depois que os serviços foram privatizados, as contas subiram em até 6000%, provocando uma verdadeira rebelião da população contra o prefeito Paulo Azevedo, que levou 10 mil pessoas às ruas do centro da cidade, protestando num Ato Público denominado **Acorda Friburgo**, no dia 20 de agosto de 1999. A manifestação obrigou o prefeito a rever a sua posição e reduzir o reajuste absurdo para um aumento de 30% - menor, mas não menos absurdo.

“A palavra desprivatização pelo jeito ainda vai ser bastante ouvida pelos consumidores fluminenses, porque a população está reagindo e lutando por seus interesses. O caso de Friburgo é emblemático e deve servir de exemplo ao prefeito eleito do Rio, César Maia”, avisa o presidente da ASEAC. Para ele, a reversão da concessão naquela cidade demonstra que se a população não quiser, não haverá governo que contrarie seus interesses.



O prefeito de Friburgo teve de perder as eleições para entender o que o povo queria: é um alerta a Cesar Maia, do Rio

Royalties do Petróleo

Projeto de lei do governador tenta legalizar gestão ilegal dos recursos

O governador do Estado, Anthony Garotinho, descobriu uma forma de burlar a lei que regula a aplicação dos royalties, para manter a concentração dos investimentos em pavimentação, em detrimento dos setores de Saneamento – cujas obras normalmente ficam enterradas no chão e não são visíveis aos olhos dos eleitores. Garotinho acaba de preparar uma proposta de emenda constitucional que altera o destino dos recursos dos royalties do petróleo, geridos através do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM).

A manobra do governador é simples: através de mudança na Constituição do Estado, o governador autorizou a criação do Fundo Estadual de Conservação Am-

biental e Desenvolvimento Urbano, alterando, de forma sutil, o nome do fundo, para permitir que os recursos sejam destinados não apenas a programas e projetos de preservação ambiental. A proposta de emenda constitucional número 29/2000 foi publicada no Diário Oficial do dia 31 de outubro.

Na opinião do diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), José Conrado de Souza, com a mudança o governador Garotinho quer legalizar as irregularidades que vem cometendo na aplicação dos Royalties, sobre os quais o Estado recebe 42%.

Segundo ele, somente este ano, a arrecadação chegou a R\$ 485 milhões em nove meses. Esse total inclui uma receita adicional de cerca de R\$ 260 milhões em re-

lação ao previsto - R\$ 225 milhões - que foi comprometido num acordo firmado entre Garotinho e FHC para pagar a dívida do Estado. Para Conrado, os argumentos do governador, de que a Lei 9.478/97, que flexibilizou o monopólio do petróleo, não dá destinação aos recursos não procede, porque ela apenas elevou os percentuais dos royalties de 5% para 10%. A lei do Petróleo não alterou a lei 7.990 (de dezembro de 1989), que trata da destinação e continua em vigência. O volume de royalties deste ano, somado à arrecadação da CEDAE, seria suficiente inclusive, para evitar a privatização do Saneamento na Barra, mantendo a coerência das promessas de campanha do próprio governador.

Entidades questionam edital

Governador admite rever privatização do Saneamento na Região

O edital de concessão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá tem pontos obscuros, que não garantem a qualidade dos serviços a serem prestados à população e discriminam os moradores de baixa renda.

A conclusão é da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, que discutiu, no último dia 13 de novembro, na sede da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE - a decisão conjunta do governo do Estado e da prefeitura do Rio de autorizar a privatização do Saneamento naquela Região. O resultado prático do encontro - que gerou um documento apontando as falhas do edital de concessão - é de que o Governador Garotinho está admitindo a hipótese de rever a privatização dos serviços de Saneamento na Barra/Recreio/Jacarepaguá.

Uma das críticas é a de que o edital estabelece que a empresa vencedora terá oito anos para tratar apenas 90% dos esgotos da Região. Isto significa dizer que há risco de que os 10% que ficarão sem esgotamento sanitário sejam a população de baixa renda.

Durante o debate, foi apresentado o exemplo do município de São João de Meriti, onde apesar de a prefeitura ter tido a intenção de privatizar o sistema de água e esgoto, não conseguiu nenhuma empresa privada interessada, já que a população local é composta basicamente de habitantes que têm renda mensal de dois salários mínimos e é grande o número de inadimplentes. O fracasso na licitação em São João de Meriti, de acordo com a Fase, demonstra que os empresários desejam controlar as concessões de Saneamento apenas em áreas de alta renda, desprezando a universalização dos serviços.

Outro crítica foi de que o edital não garante o controle da qualidade da água. Apenas estabelece no item 17.8 que a concessionária privada será responsável pelas análises de laboratório e que a qualidade da água fornecida deverá ser a

mesma da Cedae. Este item foi considerado vago, por não estabelecer critérios mais consistentes de controle de qualidade. Além disso, os técnicos estranharam o fato de no edital não haver nenhuma menção à legislação vigente (portaria 36/90 do Ministério da Saúde, que define parâmetros da potabilidade da água). Outra falha apontada foi a falta de um projeto de dragagem dos mananciais da Região, poluídos por esgotos, e em qual local será depositado o material retirado, após a limpeza desses corpos hídricos.

Os integrantes da Frente em Defesa do Saneamento também estranharam que o edital de concessão não faça exigências sobre a qualidade dos serviços a serem prestados pela empresa privada. Não há no documento, por exemplo, nenhuma referência sobre o prazo que a empresa deverá gastar para atender reclamações do usuário (reparos, vazamentos etc.). Não há também referência a mecanismos de controle social sobre a qualidade dos serviços, deixando explícitas apenas metas genéricas a serem atingidas.

Os integrantes da Frente também consideraram difícil a execução das obras previstas nos prazos definidos pelo edital e estranharam não haver no documento nenhuma punição para o retardamento da conclusão do trabalho. O edital prevê o atendimento com esgotamento sanitário de, no mínimo, 75% da população residente na Região, em 24 meses, e para 90%, em 36 meses, a contar da assinatura do contrato. Para os técnicos, além do prazo exíguo, a população de baixa renda será a preterida no processo de investimento da concessionária.

Outra denúncia é de que a licitação prevê um investimento R\$ 333 milhões, e o aumento da tarifa será feito com base no índice previsto para o reajuste praticado pela Cedae. Como a concessionária é uma empresa privada, que visa ao lucro, se o valor não atender às expectativas de seus acionistas, não há como garantir que todos estes investimentos serão realizados e, mais



Foto: Arquivo

A CEDAE já demonstrou que tem competência, basta vontade política

preocupante ainda, nem que a qualidade do serviço será mantida.

Os integrantes da Frente Nacional em Defesa do Saneamento ficaram de marcar uma audiência com a secretária Municipal de Urbanismo, Hélia Nacif, para apresentar ao município as críticas feitas ao edital. Também se comprometeram a lutar para que os recursos do reajuste do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), determinado pela Justiça, sejam revertidos para investimentos em infraestrutura de Saneamento Básico, já que o Governo Federal tem condições de disponibilizar estes recursos.

Por fim, a Frente em Defesa do Saneamento avaliou que a licitação para a concessão dos serviços de Saneamento da Barra, Recreio e Jacarepaguá está transcorrendo de forma autoritária. E denunciou que os governos municipal e estadual estão querendo tornar válida de qualquer jeito a audiência pública realizada em setembro passado. Esta audiência não chegou a ser realizada, devi-

do a manifestações contrárias à privatização do Saneamento naquela Região. Logo, a Frente em Defesa do Saneamento questiona a validade da audiência pública e estranha a informação de que emendas e sugestões tenham sido apresentadas na reunião. Para os técnicos da Frente, o processo de privatização dos serviços de Saneamento nestes bairros não pode prosseguir sem a realização de uma nova audiência pública.

Além da ASEAC, participaram do debate entidades como o Sindicato dos Engenheiros do Rio (Senge-RJ), Federação Interstadual de Sindicatos dos Engenheiros (Fisenge), Federação Nacional dos Urbanitários, Associação de Empresas Municipais de Água e Esgoto (Assemæ), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Observatório de Políticas Públicas, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em	Carteiro

